

O trabalho se iniciou com a apresentação do “Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura” por Edson Leite (representante do MAPA e Coordenação Nacional do Plano ABC). Foram apresentados os principais objetivos e a estratégia de implementação do Plano ABC, bem como as principais tecnologias constituintes da base de orientação para a construção dos eixos estratégicos da proposta do plano estadual.

4.1.1. Análise dos Problemas

Com base nos conhecimentos dos participantes acerca da conjuntura estadual debatida e das descrições conceituais da proposta, iniciou-se, em plenária, a Análise de Problemas. De um ponto de vista metodológico, a etapa ofereceu contribuições fundamentais para o planejamento da política.

Estratégias desta natureza assumem como pressuposto básico de suas respectivas composições o compromisso de englobar demandas e perspectivas provenientes da sociedade civil e dos diversos agentes por elas amparados (e não apenas exigências internas advindas de instituições públicas e/ou privadas participantes). Sendo assim, compreende-se que a consistência da Análise deriva de construção coletiva; através da contribuição homogênea dos grupos envolvidos na proposta.

Após execução das rodadas de debate, identificou-se o problema central; sintetizado na seguinte afirmação: “A Agropecuária do Estado do Pará contribui para a emissão de GEE”.

A partir do problema central, foram levantadas causas diretas e indiretas responsáveis por estimulá-lo no estado; tais como: o manejo inadequado de animais, o elevado percentual de pastagens degradadas, a potencialização do desmatamento em biomas antes conservados, a baixa produtividade do setor agropecuário paraense e o uso excessivo do fogo para o preparo de áreas de cultivo. Esse exercício promoveu ampla coleta de informações relacionadas às principais características e problemáticas associadas ao setor e aos estratos sociais que ele congrega.

4.1.2. Análise de Alternativas

Para subsidiar a tomada de decisão dos participantes sobre as áreas de atuação do Plano, foram apresentadas as tecnologias discriminadas no Plano ABC Nacional - a saber: i) Recuperação de Pastagens Degradadas; ii) Integração Lavoura-Pecuária-Florestal e de Sistemas Agroflorestais; iii) Sistema de Plantio Direto; iv) Fixação Biológica de Nitrogênio; v) Florestas Plantadas; e vi) Tratamento de Dejetos Animais.

Com base nessas informações e na Análise de Problemas, o grupo pôde selecionar quais alternativas dispunham de potencial para funcionarem como futuros componentes do Plano; considerando as condições de governabilidade disponíveis e a importância estratégica de cada uma delas para se alcançar os objetivos propostos.

De forma consensual, definiu-se que a proposta seria orientada por uma abordagem integrada; de atuação ampla e alinhada com o Plano Nacional, com vistas a obtenção de resultados eficientes em todos os enfoques identificados. Diante dos debates produzidos, considerou-se necessária a inclusão de mais um eixo estratégico: o da vii) Produção Orgânica.

4.1.3. Matriz de Planejamento do Plano ABC Estado do Pará

O objetivo definido para a estratégia de ação: “Desenvolver atividades agrícolas, florestais e pecuárias sustentáveis e de baixa emissão de GEE no Estado do Pará”, correlaciona-se com o objetivo do Plano ABC Nacional.

Contudo, no caso do Pará, o cumprimento de qualquer meta ou objetivo também procede do equacionamento de questões consideradas estruturais em seu território. Exemplo disto é a (ainda) ineficaz regularização ambiental e fundiária concedida às propriedades rurais, atividades e cadeias produtivas compreendidas pelo setor no estado; fator responsável por limitar o acesso a linhas de crédito por produtores agrícolas, comprometendo a eficiência do Plano. Problemas desta natureza foram evidenciados na matriz de planejamento como itens que demandam solução concreta por parte dos envolvidos na proposta. Ao todo, combinando-se os enfoques considerados na Análise de Alternativas, o grupo propôs um conjunto constituído por sete resultados distintos (Tabela 2); os quais deverão ser executados devidamente para que a implementação do Plano Estadual ocorra de forma efetiva.

Tabela 2 - Análise de alternativas para o plano ABC

Resultado 1	Reabilitação de áreas de pastagens degradadas/suplementação nutricional. Constitui-se em alternativa tecnológica para incrementar a produção animal e minimizar a emissão de gases de efeito estufa, mediante a transformação de pastagens degradadas em áreas produtivas (evitando-se, com isso, a derrubada de novas áreas de florestas);
Resultado 2:	Adoção de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAF) em áreas antropizadas. A ILPF é uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais na mesma área, em cultivo consorciado, na forma de sucessão ou rotação, buscando efeitos sinérgicos entre os componentes do sistema. Já os SAF, constituem formato de produção onde lenhosas perenes são consorciadas com cultivos agrícolas; em alguma forma de arranjo espacial ou em sequência temporal, para produção de base sustentável e biodiversa. São consideradas como alternativas apropriadas para os trópicos úmidos, por apresentarem estrutura baseada na conformação de florestas naturais. A atividade representa importante estratégia para a promoção de polos de desenvolvimento agrícola, manutenção e reconstituição da cobertura florestal, adoção de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), adequação da unidade produtiva à legislação ambiental e valorização dos serviços ambientais oferecidos pelos agroecossistemas, tais como: a) conservação dos recursos do solo e água; b) fixação de carbono e nitrogênio; c) redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE); e, d) reciclagem de nutrientes.
Resultado 3:	Ampliação do Sistema de Plantio Direto (SPD). O SPD é uma tecnologia que dispensa o revolvimento do solo e mitiga o processo de erosão a partir da semeadura direta na palha da cultura anterior. Consiste em conjunto de processos tecnológicos destinados à exploração de sistemas agrícolas produtivos; compreendendo: a) mobilização de solo apenas na linha ou cova da semeadura, a manutenção permanente da cobertura do solo, a diversificação de espécies e a redução ou supressão do intervalo de tempo entre colheita e semeadura. É um sistema democrático, podendo ser utilizado tanto por agricultores familiares quanto por grandes produtores rurais.
Resultado 4:	Ampliação de áreas com Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) pelo uso de inoculantes. A baixa disponibilidade de nitrogênio no solo é um dos fatores mais limitantes ao desenvolvimento das culturas agrícolas em regiões tropicais e subtropicais. Para aumentar a produção agrícola nessas regiões, é preciso suprir a ausência do elemento nas plantas por meio de fertilizantes. No entanto, além de aumentar os custos de produção de forma significativa, o uso excessivo e inadequado de insumos desta categoria eleva a emissão de gases de efeito estufa (GEE) nos plantios. O FBN possibilita captar, por meio de micro-organismos e/ou bactérias, o nitrogênio presente no ar, reduzindo custos de produção e melhorando a fertilidade do solo. A utilização da técnica é uma alternativa sustentável de suprir o nutriente nas culturas. Como a conversão e o aproveitamento do nitrogênio são processos biológicos relativamente sincronizados, a sua perda é menor e, consequentemente, a emissão de GEE também é reduzida. No Brasil, a inoculação que estimula a FBN é amplamente empregada na cultura da soja e tem grande potencial para ser adotada em outras culturas; como, por exemplo, a do feijão-caupi (Vigna spp).
Resultado 5:	Ampliação de áreas com Florestas Plantadas, com ênfase em espécies nativas. A produção de florestas plantadas (econômicas) nas propriedades rurais atende a quatro objetivos básicos: a) implementar fonte de renda de longo prazo para o agricultor e sua família; b) aumentar a oferta de madeira para fins industriais (papel e celulose, móveis e painéis de madeira) e de geração renovável de energia (carvão e lenha para funcionamento de usinas termoeletricas, polos siderúrgicos, polos oleiros, uso urbano - padarias e uso doméstico, entre outros); c) reduzir a pressão de desmatamento sobre as matas nativas; e d) promover a captura de gás carbônico (CO ₂) da atmosfera por meio da multiplicação das diferentes estratégias de ampliação do processo de fotossíntese (ex.: plantações florestais, restauração florestal de áreas em diferentes estágios de alteração da vegetação natural, condução da regeneração natural de área degradadas, entre outras), mitigando os efeitos negativos dos GEEs.
Resultado 6:	Melhoria do aproveitamento e do tratamento de dejetos animais. Técnica que aproveita os dejetos de bovinos e outros animais para a produção de energia (gás) e composto orgânico. A correta destinação dos dejetos e efluentes, originados a partir da criação de animais estabelecidos, constitui-se em prática fundamental para a regularização ambiental de propriedades rurais. O tratamento adequado desses efluentes e dejetos contribui para a redução do metano, um dos GEE provenientes de atividades pecuárias.
Resultado 7:	Ampliação de Sistemas Orgânicos de Produção e Valoração do Extrativismo Sustentável Orgânico. Trata-se de um processo de produção fundamentado em princípios da agroecologia, no qual são adotadas técnicas específicas, mediante à otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e ao respeito à integridade cultural de comunidades rurais. Seus objetivos concentram-se: a) no fomento à sustentabilidade econômica e ecológica; b) na maximização dos benefícios sociais; c) na minimização da dependência de energia não renovável (empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos); e d) na eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes (em qualquer fase do processo de produção).
Resultado 8:	Ações Transversais. Englobam ações que perpassam vários dos componentes supracitados; sendo consideradas imprescindíveis à consecução dos objetivos. Para a avaliação dos resultados definidos, foram estabelecidos padrões de acompanhamento do plano, identificados como indicadores objetivamente comprováveis. Para cada um dos indicadores, foram sugeridas as respectivas fontes de verificação. Com a realização de todas essas etapas, pôde-se construir a Matriz Lógica do Plano ABC-PA 2010 - 2020.

O objetivo central do Plano ABC/PA era “promover a intensificação, diversificação e verticalização do setor agropecuário e florestal, sob o triplo enfoque de: garantir a segurança alimentar da população, orientar a produção para uma economia de baixo carbono e incentivar a recomposição da cobertura florestal de áreas protegidas” - sempre na perspectiva de elevar o valor agregado e a competitividade da produção local, além de incrementar os níveis de emprego e renda da população local.

Os problemas analisados na época de elaboração do Plano ABC/PA estavam relacionados: ao manejo inadequado dos animais, às pastagens degradadas, aos elevados índices de desmatamento, à baixa produtividade da agropecuária, e ao uso excessivo do fogo para preparo da área.

Foram definidas seis estratégias norteadoras das ações: i) elaborar políticas regionalizadas para potencializar as vocações locais; ii) otimizar o uso das áreas já alteradas; iii) priorizar atividades e práticas de baixa emissão de carbono; iv) incentivar a adoção de sistemas produtivos eficientes e de boas práticas agrônômicas; v) incentivar a produção de produtos de maior valor agregado, ampliando assim o potencial de geração de renda e emprego, e; vi) incentivar o associativismo e o cooperativismo para alcançar ganhos no valor e escala de produção da agricultura familiar.

4.1.4. Plano Operativo

Nessa etapa, os participantes construíram planos operativos para cada um dos oito componentes (sete referentes às tecnologias e mais o conjunto de ações transversais) estabelecidos, discriminando para cada ação a localização geográfica, a instituição responsável, os parceiros, o produto e as metas para os períodos de 2012 a 2015 e de 2016 a 2020, conforme consta no Anexo 4. O conjunto desses planos operativos conformam o Plano Estadual